

**DIREITO PENAL:
O USO DA
CANNABIS E O
PATERNALISMO
PENAL**

João Paulo Martinelli

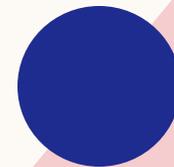
SUMÁRIO

Conceito de drogas

Bem jurídico

Princípios criminalizadores

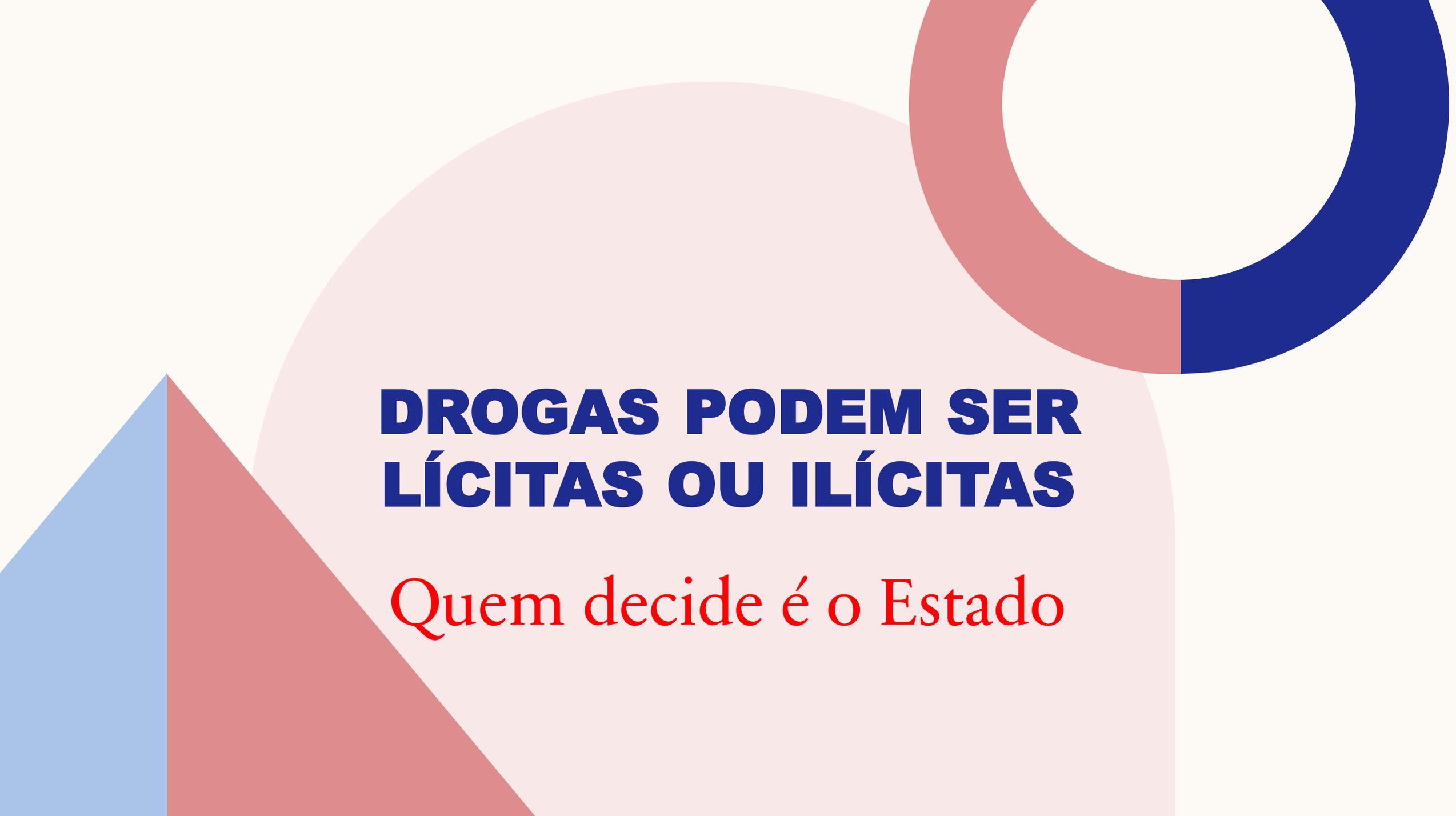
Política de drogas no Brasil



CONCEITO DE DROGAS

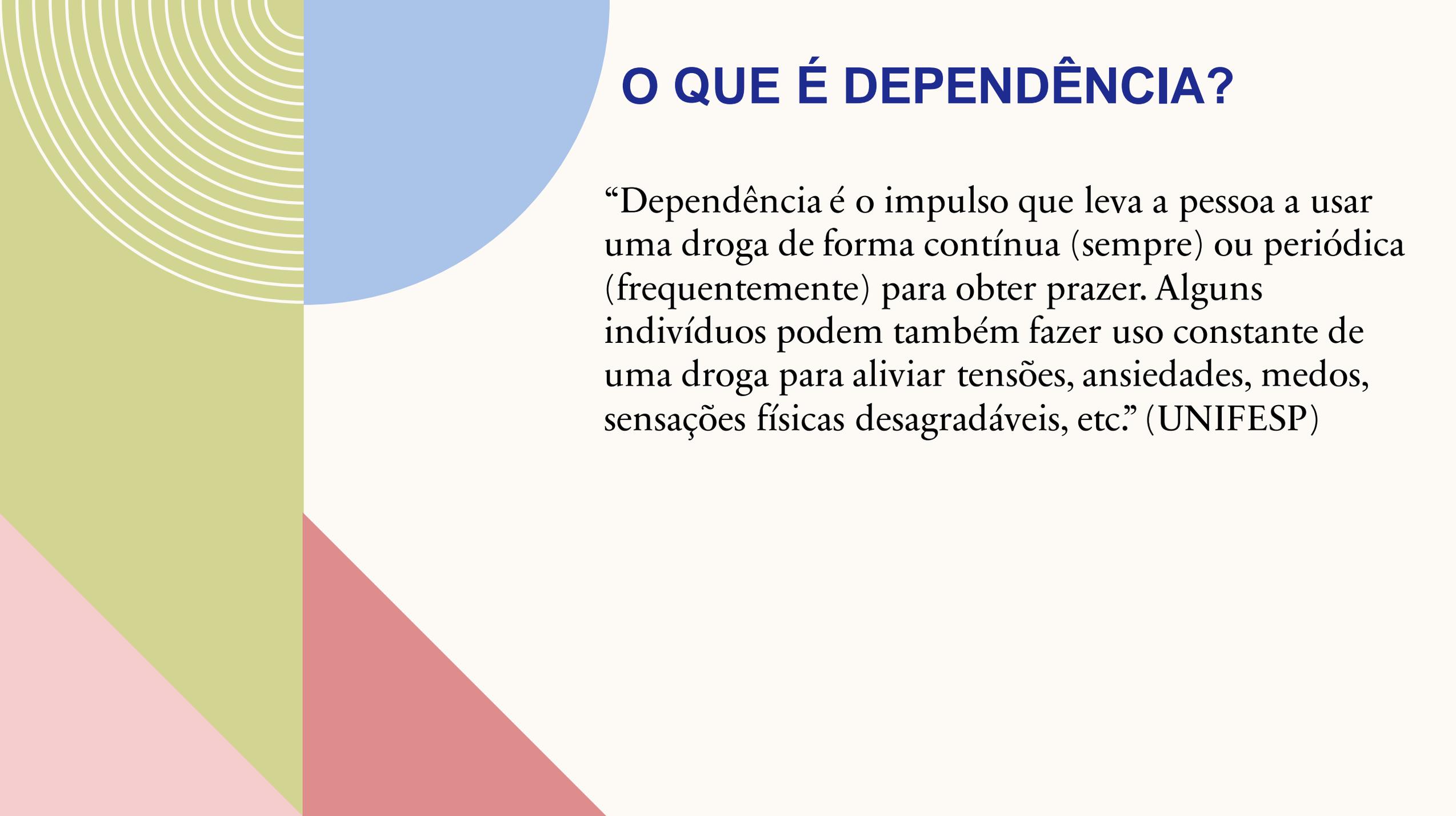
Lei 11.343/2006

Art. 1º, Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.



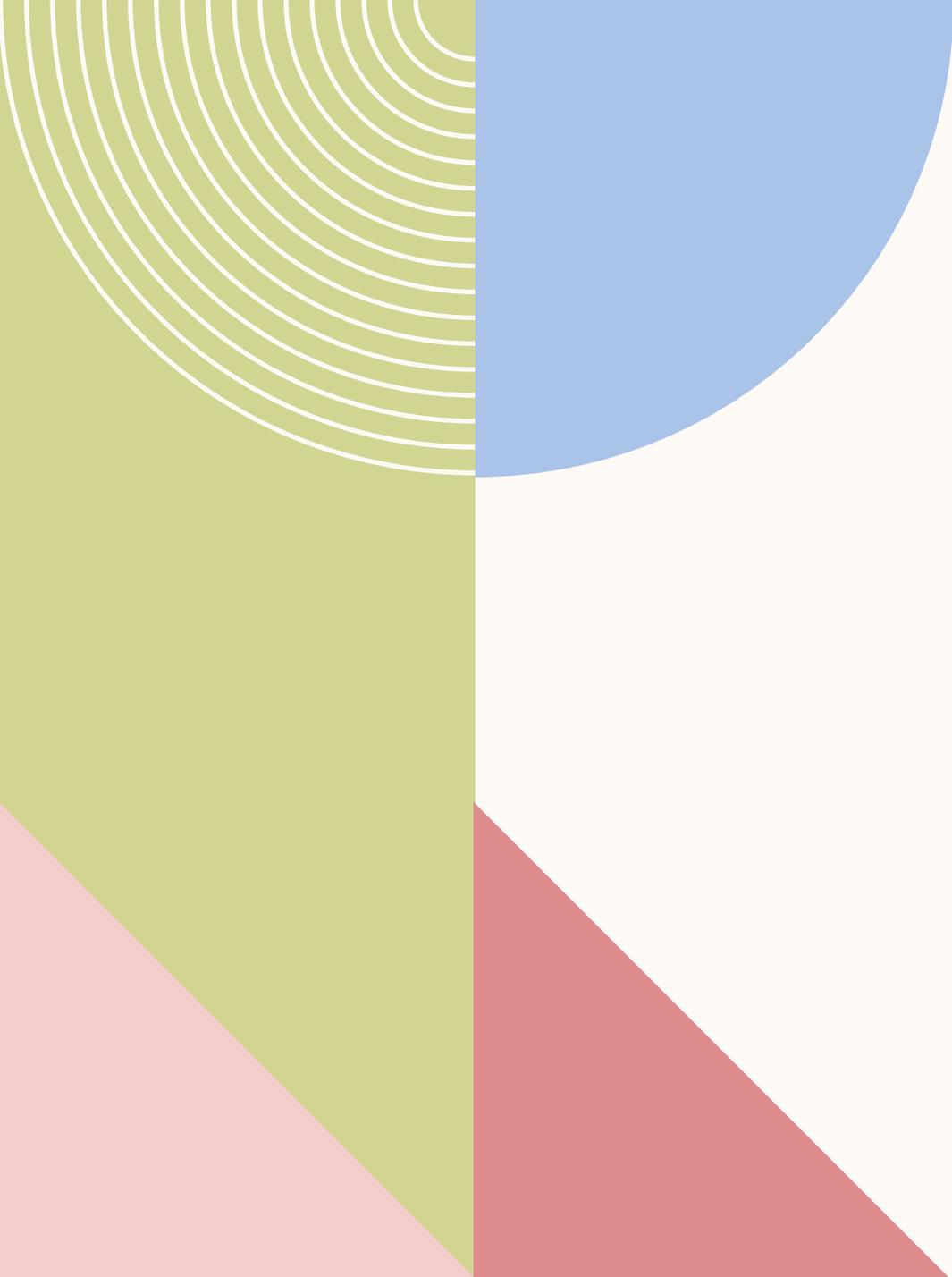
DROGAS PODEM SER LÍCITAS OU ILÍCITAS

Quem decide é o Estado



O QUE É DEPENDÊNCIA?

“Dependência é o impulso que leva a pessoa a usar uma droga de forma contínua (sempre) ou periódica (frequentemente) para obter prazer. Alguns indivíduos podem também fazer uso constante de uma droga para aliviar tensões, ansiedades, medos, sensações físicas desagradáveis, etc.” (UNIFESP)



O QUE SE PRETENDE PROTEGER COM A PROIBIÇÃO DO USO DE DROGAS?

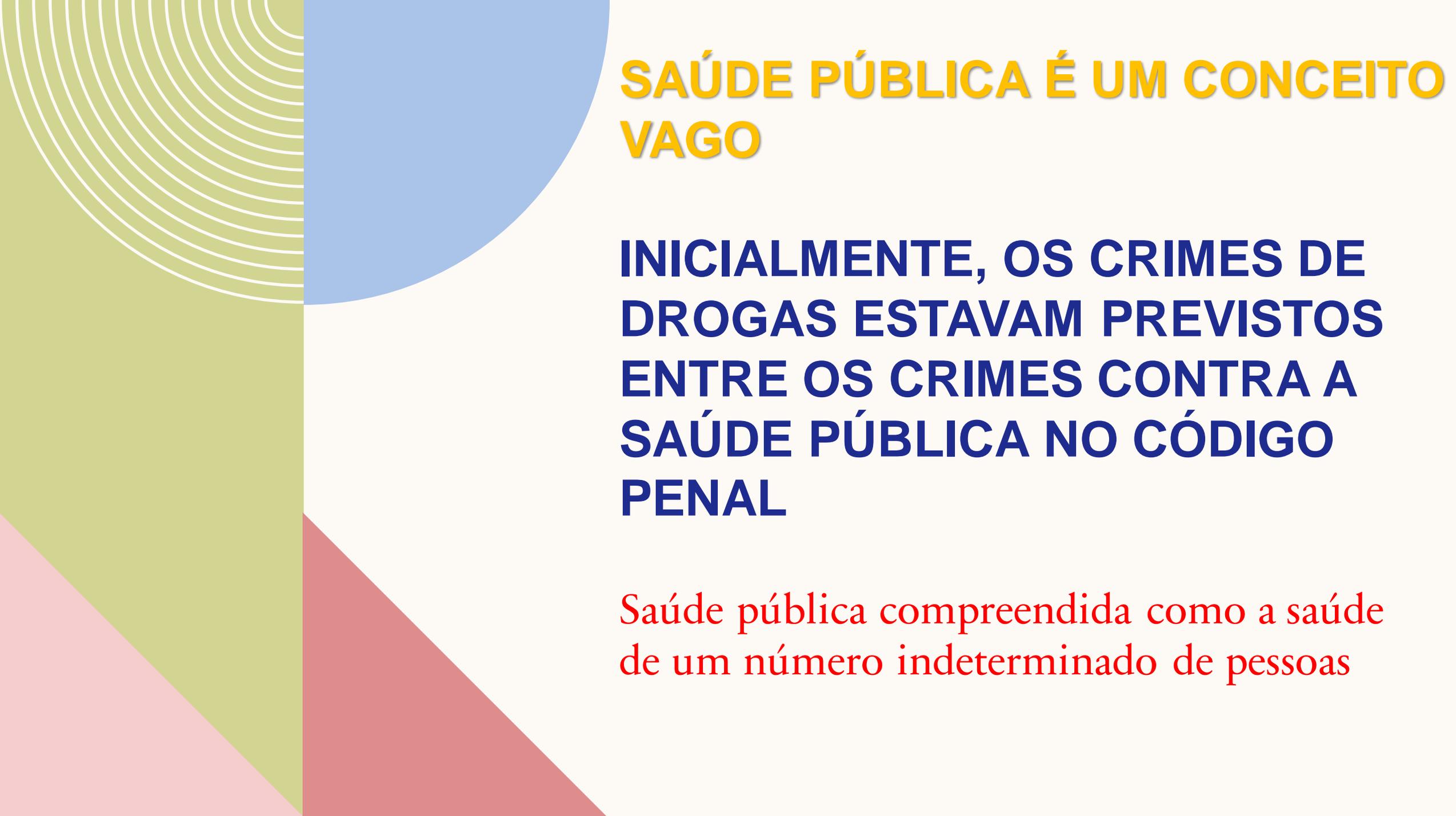
Doutrina e jurisprudência
majoritárias entendem que o bem
jurídico tutelado é a saúde pública



O QUE É SAÚDE PÚBLICA?

COMO UMA CONDUTA INDIVIDUAL AFETA A SAÚDE PÚBLICA?

“Saúde Pública é o nome dado às práticas e medidas de responsabilidade do Estado para garantir que todo cidadão tenha acesso à saúde física, mental e social” (Ministério da Saúde)



SAÚDE PÚBLICA É UM CONCEITO VAGO

INICIALMENTE, OS CRIMES DE DROGAS ESTAVAM PREVISTOS ENTRE OS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA NO CÓDIGO PENAL

Saúde pública compreendida como a saúde de um número indeterminado de pessoas



**PODE O ESTADO TUTELAR A
SAÚDE INDIVIDUAL?**

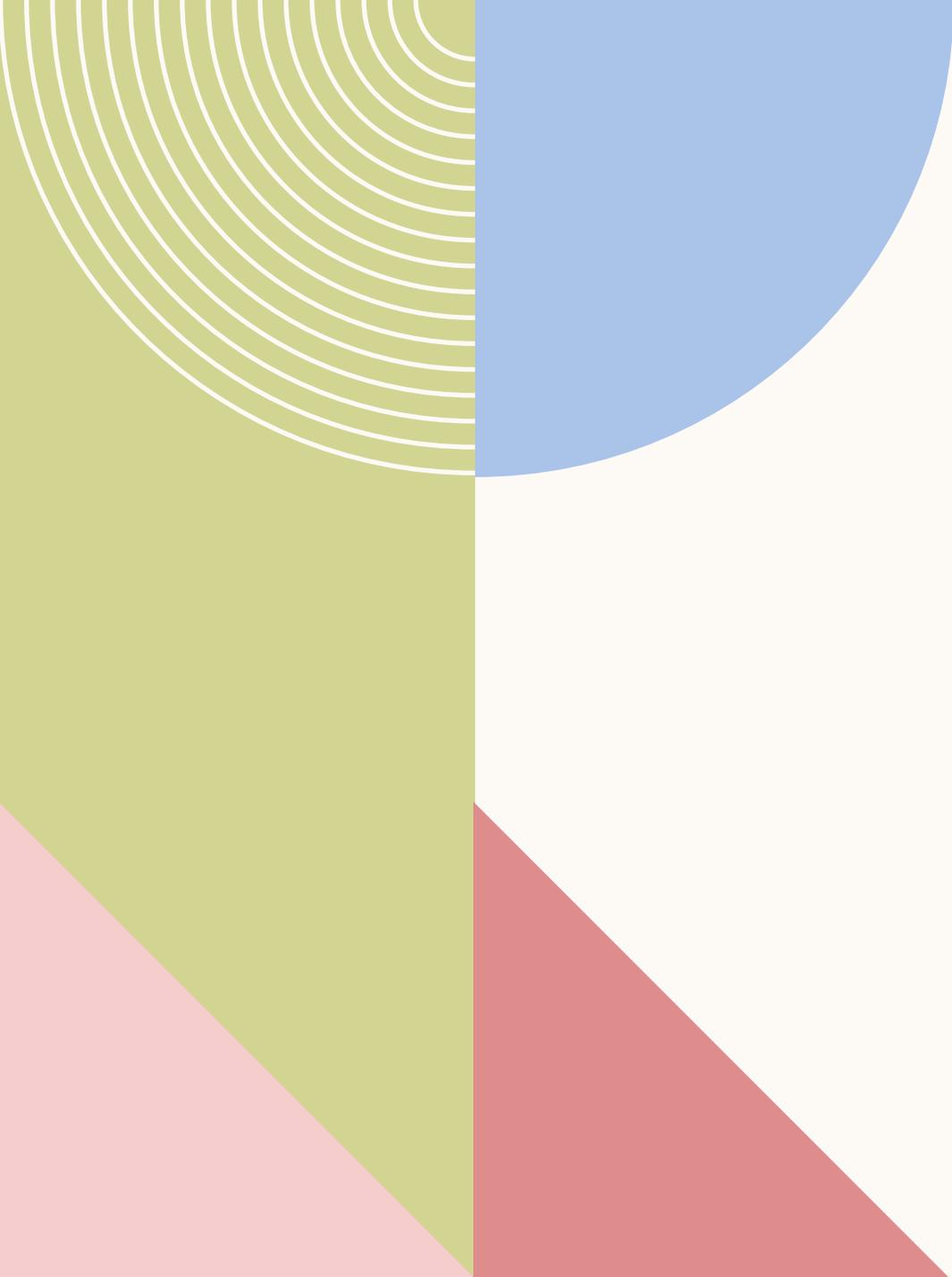
**COMO FICAM OS OUTROS
PROBLEMAS DE SAÚDE
PÚBLICA, ASSIM RECONHECIDAS
PELA OMS?**

Obesidade

Consumo excessivo de colesterol

Tabagismo

Alcoolismo



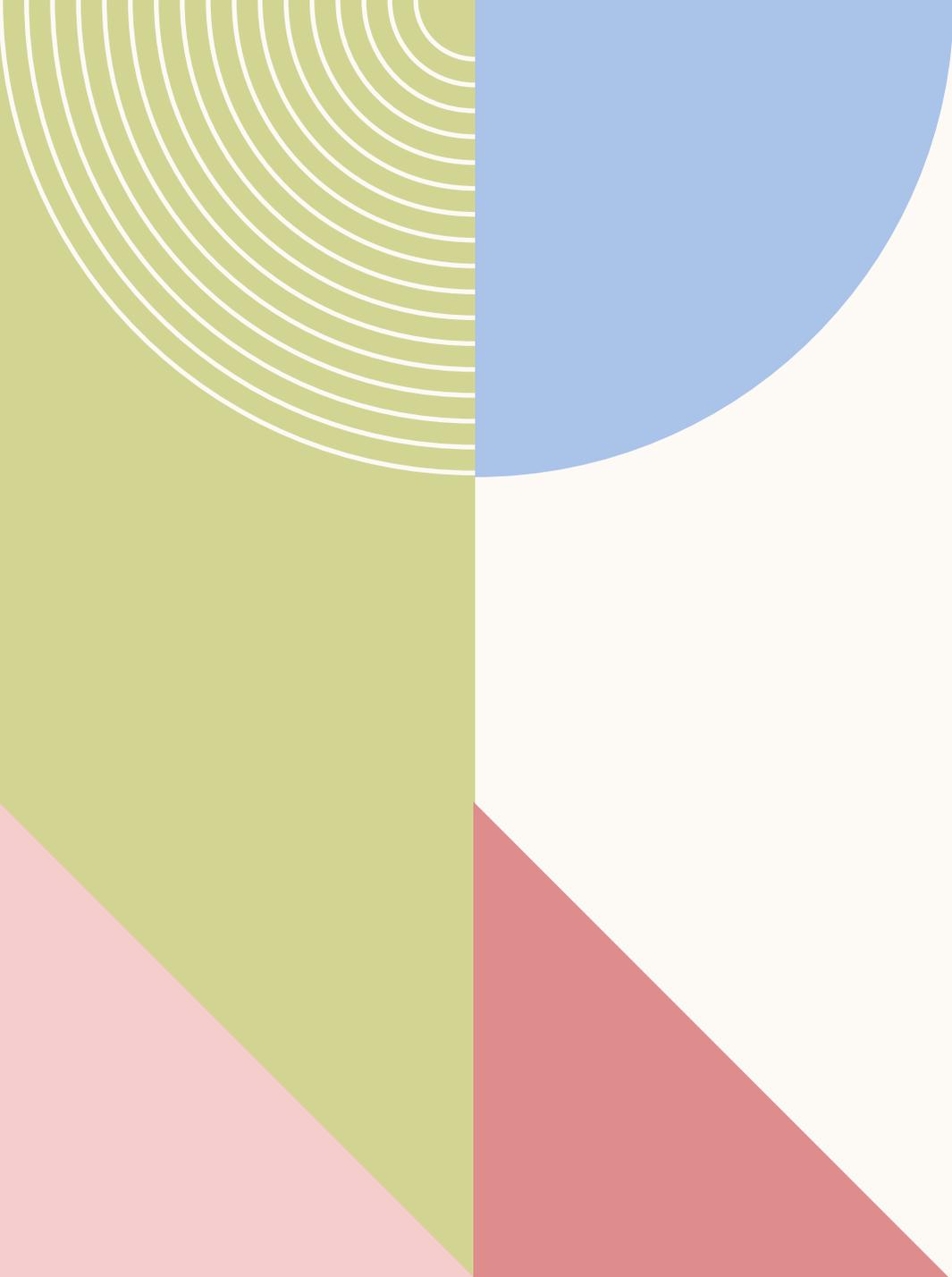
**O USO DE QUALQUER DROGA É
UMA AUTOLESÃO**

**CRIMINALIZAR UM COMPORTAMENTO
AUTOLESIVO É UMA FORMA DE
PATERNALISMO**

**Paternalismo é a intervenção na
liberdade individual, contra a vontade de
uma pessoa, para protegê-la de sua
própria escolha**

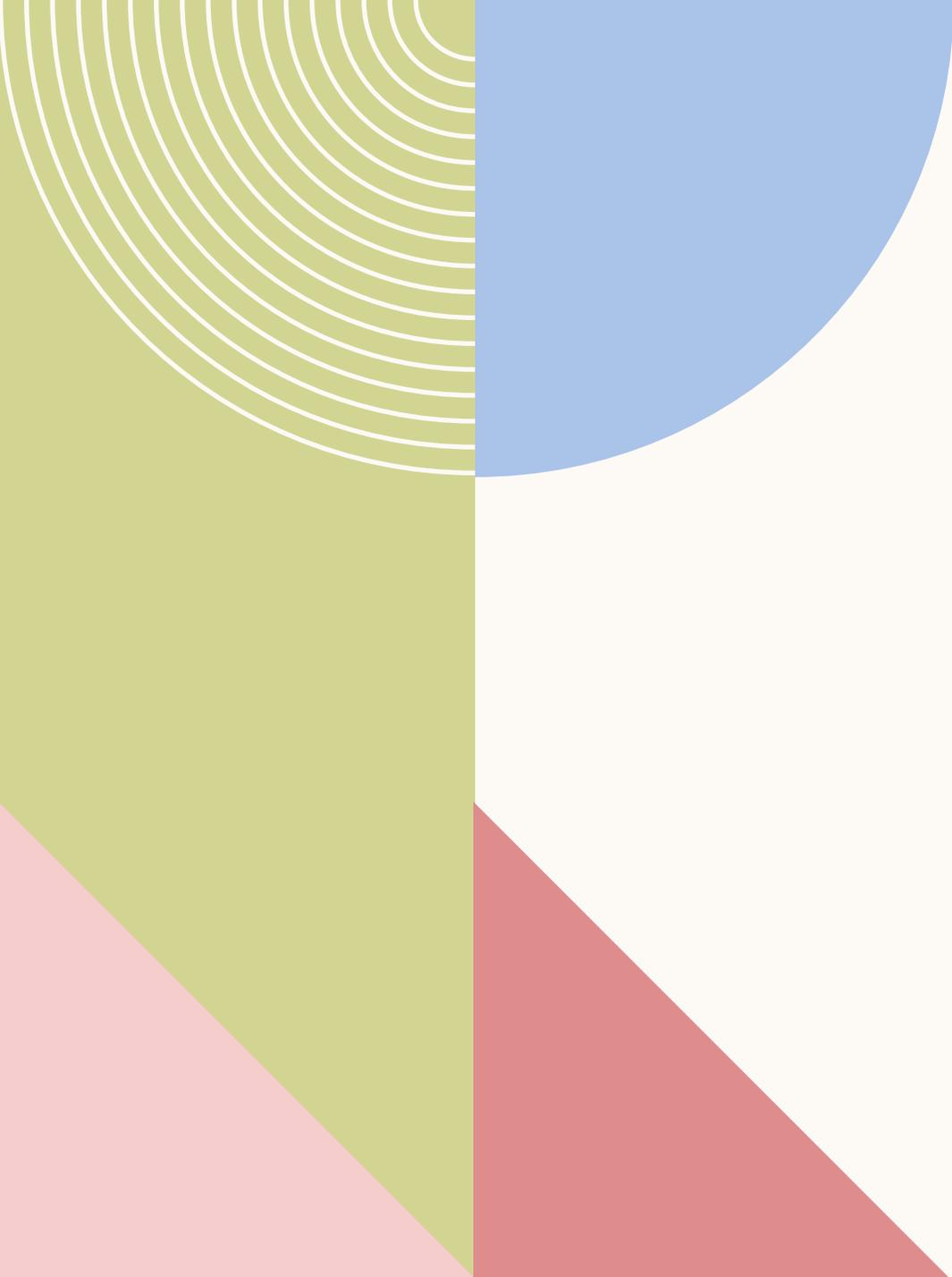
PRINCÍPIOS CRIMINALIZADORES

- Teoria do bem jurídico
- Princípio da proporcionalidade
- *Harm principle* (em oposição ao moralismo)
- Regras de tolerância (multiculturalismo)



POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL

- Regra do proibicionismo
- Criminalização
- Seletividade
- Moralismo
- Pouca preocupação com o usuário



PRINCÍPIOS CRIMINALIZADORES

- Teoria do bem jurídico
- Princípio da proporcionalidade
- *Harm principle*
- Regras de tolerância
(multiculturalismo)

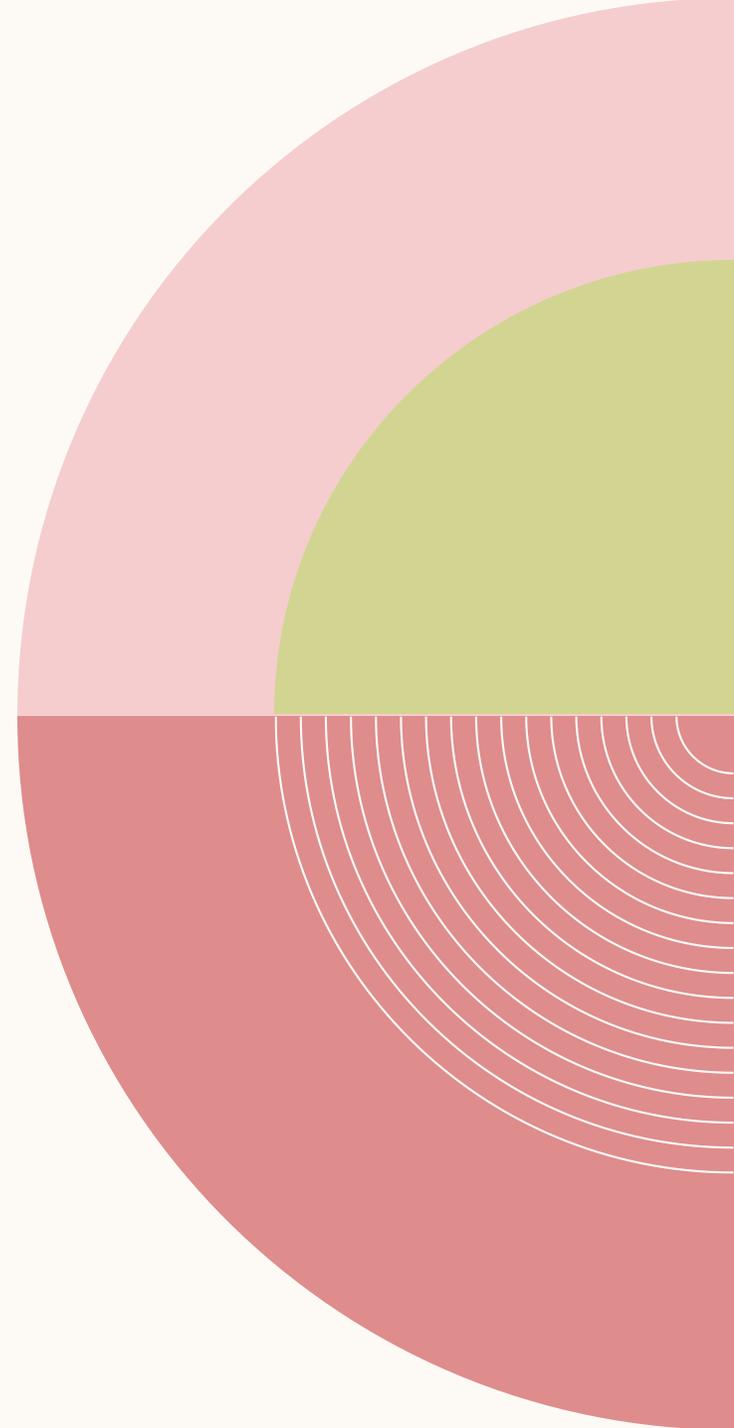
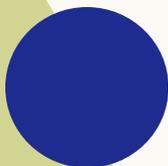
CANNABIS E MEDICINA

- A Cannabis tem centenas de moléculas que são de interesse terapêutico
- O canabidiol tem muitos efeitos terapêuticos, como anticonvulsivante, ansiolítico, antioxidante e anti-inflamatório
- O THC se destaca pelo seu efeito analgésico, indutor do apetite e antinausea
- Sidarta Ribeiro: as indicações mais bem fundamentadas cientificamente da Cannabis medicinal são para epilepsia, dor neuropática, para o tratamento paliativo na oncoterapia, ou seja, para lidar com os efeitos adversos de quimioterapia ou radioterapia, e ainda em efeitos antitumorais para determinados tipos de câncer
- Também vêm surgindo, com mais e mais evidências, indicações para autismo, Parkinson, Alzheimer, Síndrome de Tourette e Doença de Crohn

STF RE 635.659/SP

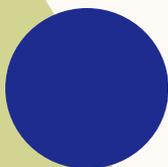
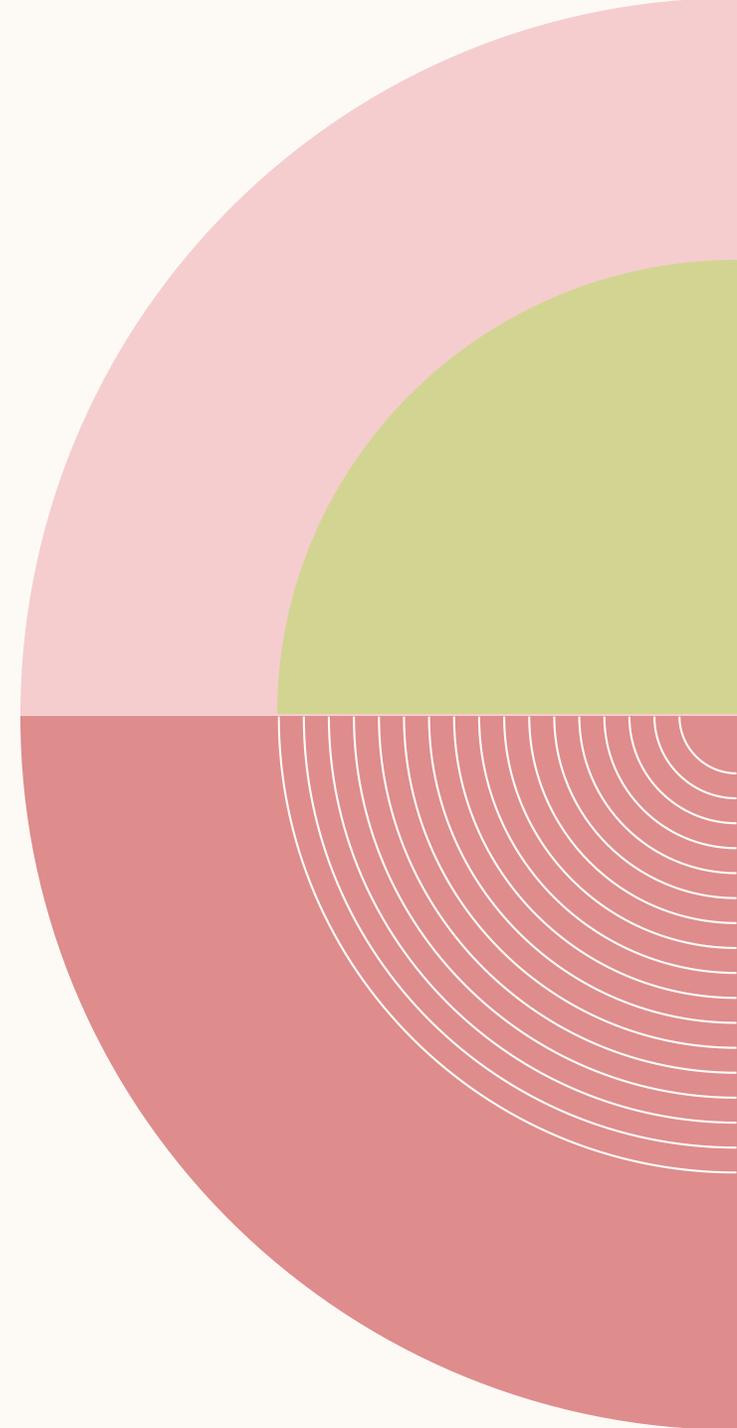
5 x 1 pela descriminalização do porte de maconha para uso próprio até um limite a ser definido posteriormente

Ativismo judicial?



ALEMANHA

- Projeto de lei descriminaliza o porte de até 25 gramas para uso próprio
- Economizar cerca de 1,4 bilhão de euros em custos com polícia, tribunais e sistema prisional
- A polícia registra anualmente mais de 100 mil infrações relacionadas à cannabis
- O estado poderia arrecadar até 1,8 bilhão de euros por ano com um imposto sobre a cannabis



CONCLUSÕES

- A guerra às drogas só tem um vencedor: as drogas
- O uso de drogas é uma autolesão
- A distinção entre drogas lícitas e ilícitas é questão política
- Saúde pública é um conceito vago que não pode ser utilizado como bem jurídico-penal
- A Cannabis para fins medicinais não afeta a saúde pública, ao contrário, pode ser utilizada para tratamentos médicos